

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de
Cultura, Comunicação Juventude e Desporto
Deputado Luís Graça

S. Bento, 24 de Março de 2023

Assunto: Audição, com carácter de urgência, do Ministro da Finanças, Fernando Medina, do Ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva, e do Conselho de Administração da LUSA – Agência de Notícias de Portugal, S.A., sobre a degradação dos salários dos trabalhadores da LUSA e o novo contrato-programa celebrado com o Estado

Os trabalhadores da Lusa estarão em greve entre os dias 30 de março e 2 de abril de 2023. Estes quatro dias de greve serão, pelo que foi dito publicamente pelos representantes dos trabalhadores, a expressão do seu descontentamento pela condução de um processo negocial para aumento de salários, que resultou numa total intransigência por parte Conselho de Administração da Lusa e, conseqüentemente, do Estado, enquanto acionista maioritário.

Os trabalhadores apresentaram uma proposta de 120 euros de aumento salarial, o que equivale a um aumento inferior a 10€ por cada ano, num total de 14 anos sem aumento efetivo de salários. A Administração da Lusa, por seu turno, manteve a proposta já apresentada em outubro de 2022 e que corresponde a 35€. Este aumento não cobre sequer o valor mínimo proposto pelo Governo para Administração Pública, nem os 5,1% que foram propostos para o setor privado no Acordo de Rendimentos. Mais, este aumento de 35€ já se encontrava previsto no Orçamento da Lusa para 2023 e, portanto, é anterior a qualquer processo negocial.

Por sua vez, o novo contrato de serviço público celebrado entre a Lusa e o Estado, para o período 2022-2027, prevê uma indemnização compensatória, para o ano de 2023, de 13,5 milhões de euros que se mantém inalterada até ao fim do contrato (2027), sem previsão

de qualquer aumento. A indemnização compensatória que, em 2012, se fixava em 19 milhões de euros sofreu cortes no período da Troika que nunca foram repostos. Acresce ainda que, de acordo com declarações da Comissão de Trabalhadores da Lusa, na data de aprovação do Plano de Atividades e Orçamento (PAO), no dia 27 de abril de 2022, o Estado apresentou uma declaração de voto *“em que retira a possibilidade de contratação de mais trabalhadores para os quadros (todas as contratações de 2022 são apenas compensações de saídas em 2021) e impõe um corte no investimento para os 500 mil euros (face a 930 mil euros propostos)”*.

O subfinanciamento da agência Lusa tem sido uma prática reiterada há longos anos, que afeta os seus trabalhadores e o serviço público. A Lusa, como única agência de notícias pública, presta ao Estado Português um serviço de interesse público fundamental à informação dos cidadãos. A Lusa garante a circulação democrática e plural da informação noticiosa, sem a interferência de grandes grupos económicos, e, como tal, exige-se que o Estado assumira as suas responsabilidades.

Refira-se que durante o período da pandemia Covid-19 a Lusa desempenhou de forma ininterrupta essa função informativa essencial, e à semelhança de outros sectores fundamentais que nunca pararam, permitiu garantir a normalidade possível ao país, no acesso à informação, num período tao difícil e excecional, com o sacrifício e empenho dos seus trabalhadores.

Em contrapartida, e a título de exemplo, para se perceber a dimensão da perda real de salários na empresa, de acordo com informações dos delegados sindicais da Lusa, um trabalhador que ganha 1200 euros mensais perdeu 240 euros de salário entre 2009 e 2022, com base nos valores da inflação registados e nos aumentos de 6 euros, em 2021, e 20 euros, em 2022.

A valorização geral dos salários - sem qualquer artifício que impeça um real aumento do rendimento do trabalho - tanto no setor público, como no setor privado é uma resposta essencial no atual contexto inflacionário. Aliás, o Governo anunciou, no dia 22 de março de 2023, a possibilidade de revisão dos salários na Administração Pública, uma vez que, de acordo com o relatório do Conselho das Finanças Públicas, o défice orçamental terá ficado nos 0,5% do PIB, muito abaixo dos 1,9% do PIB previstos pelo Governo.

A Comissão de Trabalhadores da Lusa, o Conselho de Redação e os delegados sindicais do Sindicato de Jornalistas (SJ), do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Atividades do Ambiente do Centro-Sul e Regiões Autónomas (SITE CSRA) e do Sindicato dos Trabalhadores dos Setor dos Serviços (SITESE) foram ouvidos nesta comissão no passado dia 21 de março de 2023 e deixaram evidentes as suas reivindicações.

Tendo em conta a relevância do tema e a urgência de encontrar soluções que assegurem uma reversão da degradação dos salários destes trabalhadores, importa ouvir os esclarecimentos das entidades envolvidas sobre esta matéria.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição urgente do Ministro da Finanças, Fernando Medina, do Ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva, e do Conselho de Administração da LUSA – Agência de Notícias de Portugal, S.A.

A Deputada do Bloco de Esquerda,

Joana Mortágua